



Os bens ambientais na OMC

Cássia Saretta *
Gerson Teixeira **

A questão ambiental aumenta o seu poder de permear as diversas esferas definidoras das políticas públicas e das estratégias e condutas do setor privado. Este fato decorre de a proteção ao meio ambiente se converter em valor social, ou seja, passar a ser vista como algo fundamental para a sobrevivência humana.

Com a validação social da temática ambiental, as políticas públicas e as estratégias empresariais tratam de forma mais pragmática da inserção da questão ambiental, seja por sobrevivência política, econômica ou comercial. Se esse processo é positivo para o sucesso da implementação das políticas ambientais, por outro lado, pode ser deturpado pelo viés econômico.

É interessante analisar como a

questão ambiental é conduzida no âmbito das negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC), principalmente no tocante às distorções do seu objetivo de proteger e preservar o meio ambiente.

DEFINIÇÃO

Embora os antecedentes históricos sobre o tema Comércio e Meio Ambiente datem da década de 1970, o Comitê de Comércio e Meio Ambiente (CTE) veio a ser estabelecido em 1994. O seu objetivo é melhor identificar as relações entre as medidas de comércio e as ambientais, para promover o desenvolvimento sustentável e inferir no sistema de negociações multilaterais. O desenvolvimento sustentável pressupõe que a dinâmica comercial deve ser justa e

gerar efeitos ambientais e sociais positivos.

O enfoque principal discutido no CTE atualmente é a definição consensual de Bens Ambientais, para gozar de redução ou isenção de barreiras tarifárias e não tarifárias, pois proporcionam benefícios à qualidade do meio ambiente.

Contudo, face à complexidade e aos interesses políticos e econômicos das negociações multilaterais, o debate muitas vezes fica carregado de distorções e viés comercial.

Se a Declaração Ministerial de Doha, acordo da OMC para a firmar as regras de suporte à liberalização do comércio, foi voltada aos aspectos desenvolvimentistas, por outro lado, a discussão no CTE não reflete o acordado.

A proposta de vários países desenvolvidos, como os da OCDE, parte de uma abordagem de lista de bens ambientais, definidos pelo seu uso final, como a recuperação de danos ambientais, o controle da poluição, o manejo de recursos naturais e a tecnologia limpa. O objetivo se aproxima mais da vertente comercial, com vistas a ganhar mercado, sem estar realmente fundamentada nos benefícios ambientais.

A sugestão é desinteressante para os países em desenvolvimento, tanto por refletir uma profunda assimetria Norte-Sul como por não ser de uso exclusivo para o benefício ambiental, pois possui múltiplas formas de uso. Os países desenvolvidos são os principais produtores dos

O que interessa para o Brasil

A discussão defendida pelo Brasil no documento submetido à OMC¹ é no sentido de que as negociações contemplem a perspectiva desenvolvimentista. Do ponto de vista dos interesses dos países em desenvolvimento, isso significa contemplar a transferência de tecnologia, o tratamento especial e diferenciado, as diversidades e interesses nacionais, entre várias outras questões.

As negociações deveriam se pautar por critérios ambientais, com a consideração de algumas questões, atualmente excluídas, como, por exemplo, os métodos e processos de produção dos produtos (PPMs).

Um bem por si só, em muitos casos, não pode ser definido como bem ambiental. Isso passa pela análise

dos métodos e processos de sua produção, que são fundamentais. Como definir os produtos do agroextrativismo como bens ambientais, sem saber o método e processo de sua produção.

Outro critério seria hierarquizar bens a partir de seu benefício ambiental, seguindo a lógica de produzir um benefício maior do que aqueles que possuem distintas finalidades.

A percepção é de que a correlação de forças na OMC favorece a abordagem simples de lista. Assim, o debate sofre o viés para a questão comercial em comparação com a ambiental. O caminho deveria ser o contrário, ou seja, o aspecto ambiental, o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza motivarem as questões comerciais.

bens ambientais propostos nas listas. Mais de 90% desse mercado são dominados pelos países da OCDE, tendo à frente os EUA, a União Européia e o Japão.

Por outro lado, os países em desenvolvimento são importadores líquidos desses bens. No Brasil, de 2002 a 2004, as importações subiram 23%. O valor está em US\$4,2 bilhões e a taxa potencial de crescimento é alta².

As múltiplas formas de uso dos bens ambientais podem ser entendidas por meio de exemplos de produtos inseridos na lista, como bicicletas, fornos de microondas, cloro, termômetros, pirometros, barômetros, reservatórios, tanques e contêineres de aço ou ferro, condensadores de vapor, peças de maquinário etc. Como todos eles podem ter uma destinação bem variada, a sua justificativa ambiental se torna questionável.

Há toda uma diversidade de bens inseridos na lista consolidada³ submetida ao CTE, sem critério de diferenciação ou hierarquia entre os mesmos.

Na definição dos bens ambientais, a Índia propôs uma abordagem por projetos designados pela autoridade nacional. A abordagem dá maior margem para as políticas nacionais e ameniza o problema do uso múltiplo dos produtos. Os mesmos teriam uma redução ou isenção tarifária quando tivessem sua destinação ambiental. ■

* Analista ambiental da Diretoria de Economia e Meio Ambiente da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente; cassia.saretta@mma.gov.br

** Diretor de Economia e Meio Ambiente da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente; gerson.teixeira@mma.gov.br

¹TN/TE/W/59. 8 de julho de 2005.

²Esta estatística se refere à lista proposta pela OCDE/APEC.

³A lista consolidada se refere ao trabalho de consolidação realizado pelo secretariado da OMC, no sentido de aglutinar numa só proposta todas as propostas de listas submetidas pelos membros ao CTE.

POLÍTICA AGRÍCOLA



As três reformas na União Européia

António Cipriano Afonso Pinheiro *

Dirceu João Duarte Talamini **

Desde a criação da Política Agrícola Comum (PAC), em 1958, se pode distinguir três períodos embasados por uma filosofia diferente.

- Primeiro: da sua criação até à reforma de 1992.
- Segundo: de 1992 até a reforma que entrou em vigor em 1º de Janeiro de 2005.
- Terceiro: não se sabe se o último, de 2005 em diante.

A lógica subjacente à criação da PAC estava no produto, sem visar ao agricultor. O objetivo fundamental era aumentar rapidamente a produtividade da terra e do trabalho, por meio do estabelecimento e sustentação de preços altos para os produtos. O nível de vida dos agricultores aparecia apenas como corolário.

Com isso, houve aumento da produção das designadas *commodities* (cereais, carne bovina e leite), junto com problemas sérios de

natureza econômica, social e ambiental, tais como:

- alocação pouco racional dos recursos. Os agricultores produziam porque tinham preços garantidos, sem levar em conta as vantagens comparativas. Exploravam culturas para as quais não tinham conhecimentos tecnológicos;
- falta de equidade na distribuição das ajudas aos agricultores. O apoio era proporcional ao volume de produção e representava uma parte do preço recebido. O tamanho da produção era proporcional ao benefício. Isto criou, naturalmente, muitas injustiças entre países e agricultores de um mesmo país;
- uso excessivo de fatores de produção (adubos, fungicidas, pesticidas e outros), além do ambiental e economicamente recomendável;

Chegou um momento em que as despesas com a PAC consumiram cerca de 60% do orçamento